SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Boletim do Judiciário

www.sintrajud.org.br

FENAJUFE
CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Segunda-feira, 19 de dezembro de 2011 | Boletim 53 | 7.000 exemplares | **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP** *| Tel.: (11) 3222.5833*

Greve é suspensa na JT e segue até hoje na JF. Caravanas vão a Brasília lutar pelo orçamento

Categoria mantém estado de greve na luta pelo PCS. Orçamento ainda está em aberto e pressão na Capital pode ser decisiva

Por Caê Batista

Em assembleia, realizada na tarde de sexta-feira, dia 16, no fórum trabalhista Ruy Barbosa, a categoria decidiu suspender a paralisação e manter o estado de greve. Na Justiça Trabalhista, o retorno acontece já na segunda feira, dia 19. No TRF-3/JF, por conta do Recesso Forense, dia 19 é o ultimo dia da greve.

Apesar da decisão, na assembleia o sentimento dos trabalhadores não era de derrota. Ao contrário, o sentimento entre aqueles que lutaram até agora era o de que fizeram aquilo que poderia ter sido feito. É preciso ter coragem e ousadia para enfrentar um governo intransigente, um Judiciário omisso e um parlamento submisso. É preciso ter coragem e ousadia, além disso, para paralisar os maiores tribunais do país em defesa do reajuste salarial.

Joca Duarte



16.12.2011 - Em assembleia estadual, trabalhadores suspendem a greve, mas mantêm estado de alerta.

Depois de Mato Grosso e Bahia, em greve desde junho, a entrada de São Paulo foi decisiva para que mais de 20 estados também aderissem, construindo uma das maiores greves da história dessa categoria.

A categoria fez centenas de arrastões de convencimento, duas passeatas gigantescas, foi atrás de Dilma, de Peluso, ocupou diversas sessões da Câmara e construiu um inédito acampamento em frente ao STF. Tudo isso com o objetivo de fazer o PCS ser aprovado, e também de impedir outros ataques aos direitos, previstos no PLP 549/09 e PL 1992/07. O primeiro transforma em lei o congelamento salarial e o segundo dá continuidade à reforma da previdência do governo Lula de 2003.

Outra atividade importante foi "impedir" a abertura da Semana Nacional de Conciliação, com um protesto colorido e barulhento, que silenciou os oradores na solenidade de abertura.

Essa greve, que foi construída por cada um desses bravos lutadores que compõem a categoria, foi muito além dos limites das grandes cidades. Ela paralisou o TRF-3 e vários outros fóruns da justiça federal e trabalhista de várias cidades da Grande São Paulo e do interior.

As retaliações e a disputa pelo orçamento

Temos dito que a cúpula do Judiciário foi omissa. Mas a verdade é que nessa disputa, qualquer omissão favorece um dos lados, e nesse caso, favoreceu o governo. Isso ficou ainda mais evidente, quando ela se moveu com o corte de ponto, adotado por algumas administrações. Todo movimento feito pela cúpula do Judiciário foi para tentar destruir a greve dos trabalhadores. Isso aconteceu principalmente na JT, onde uma resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), notoriamente arbitrária e ilegal, determinou o corte de ponto e o retorno dos grevistas ao trabalho.

Mesmo assim, aqui em São Paulo a greve seguiu em frente, o que obrigou o desembargador Nelson Nazar, presidente do TRT-2, a negociar uma saída, mediada pelo CNJ. O acordo, aceito pela assembleia de sexta, dia 16, garante o pagamento integral do mês de dezembro e a devolução do que foi descontado em novembro. A compensação será negociada posteriormente. Certamente não foi o melhor acordo, mas foi um acordo que permitirá a categoria reagrupar as forças para retomar o movimento em 2012, caso necessário.

Na tarde de quinta-feira, 15, na reunião entre o presidente do TRT-2 e os representantes dos trabalhadores, mediada pelo CNJ, a presidência apresentou uma proposta de acordo. A greve deveria ser suspensa e parte da compensação dos dias paralisados seria realizada já durante o recesso. Em contrapartida, os grevistas não sofreriam os descontos de dezembro e receberiam de volta os valores descontados em novembro.

Os grevistas do fórum Ruy Barbosa - Justiça Trabalhista - estão organizando um plantão para impedir abusos por parte da chefia imediata.

Orçamento ainda está em disputa e nova caravana a Brasília

A guerra não está perdida. As movimentações políticas e a disposição de luta da categoria indicam que nesta semana haverá batalhas importantes que podem garantir o PCS. Na semana passada, o acampamento organizado pelo Sintrajud, que reuniu trabalhadores de todo o país, fez com que o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, recebesse uma delegação de servidores.

Dias antes, o ministro Luiz Fux concedeu uma liminar à categoria, determinando que o orçamento do Judiciário para 2012, aprovado pelo STF, mas vetado por Dilma, fosse de fato apreciado pelo Congresso. Junto a isso, segundo foi noticiado pelo jornal O Estado de S. Paulo de sexta-feira (16), o PMDB estaria disposto a bancar o reajuste dos servidores e juízes.

Por isso, apesar do fim da greve, na próxima semana, mais uma caravana de trabalhadores do Judiciário Federal de São Paulo irá à Brasília pressionar os parlamentares para que aprovem os recursos necessários para a implementação do PCS já a partir do ano que vem.

Acampamento expôs em Brasília indignação da categoria com o congelamento

Protesto inédito na porta do STF deu gás novo à luta contra o congelamento e chamou a atenção do STF, do Congresso, do governo e da mídia

Por Hélcio Duarte Filho

Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União que acamparam em frente ao Supremo Tribunal Federal decidiram, ao final da tarde da quinta-feira (15), encerrar a manifestação e retornar a seus estados. Levam na bagagem lembranças de um protesto que, avaliam, entrará para história da categoria e que deu um fôlego a mais na luta contra o congelamento salarial, nesta reta final de votação da Lei Orçamentária da União para 2012 (LOA).

Os servidores decidiram levantar acampamento após uma assembleia concluída por volta das 17 horas. Logo em seguida, o desmonte das barracas foi iniciado. Os trabalhadores da caravana do sindicato de São Paulo (Sintrajud), a que participou em maior número e bancou a estrutura junto com a federação nacional (Fenajufe), embarcaram cerca de uma hora depois no ônibus que os levaria de volta para casa, numa viagem que durou cerca de 15 horas.

"Conseguimos ser notados"

Os participantes da atividade inédita nos gramados do Supremo, numa área que fica a menos de 500 metros tanto do Palácio do Planalto quanto do Congresso Nacional, deixaram o local satisfeitos com o resultado do protesto, mas também conscientes de que a batalha para garantir recursos para os planos de cargos e salários segue muito difícil. "Achei muito bom [o acampamento no STF], nunca tinha acontecido. Acho que a gente conseguiu chamar a atenção, conseguiu ser notado, conseguiu sair no jornal. Chamou a atenção do STF, do Congresso e do governo", avalia Mara Helena, servidora da Justiça Federal de São Bernardo, destacando a audiência ocorrida com o presidente do STF, Cezar Peluso, apenas a terceira desde que ele assumiu o cargo, no primeiro semestre do ano passado. "Não avançamos muito, eles [deputados] continuam só fazendo promessas, mas nem isso tinha mais", concluiu.

Marcou o fim do acampamento uma queima de fogos em plena Praça dos Três Poderes. Pouco antes disso e bem próximo dali, a presidente Dilma Rousseff participava de uma rápida solenidade na rampa do Palácio do Planalto. Alguns servidores se dirigiram para lá e chegaram a gritar para tentar chamar a atenção para as reivindicações da categoria.

Fotos: Walcir Araujo



15.12.2011 – Bandeira do Sintrajud no acampamento

"Disse que somos do Judiciário e estamos acampados no STF e ela me acenou, acho que ela ouviu sim", conta Mario Camarão, do TRF de São Paulo.

Pela manhã deste mesmo dia, os trabalhadores levaram à Comissão Mista de Orçamento abacaxis para dar aos deputados, em mais um ato pelo PCS. A comissão concluiu a votação dos dez relatórios setoriais da Lei Orçamentária, que não fazem referências a questões salariais. Pouco depois, à tarde, os deputados e senadores votaram também o PPA (Plano Plurianual), relacionado à previsão de arrecadação e despesas da União ao longo de quatro anos. O texto final aprovado não prevê os projetos do Judiciário e do MPU, mas traz um item que dá ao relator-geral da LOA liberdade para incluí-los em seu parecer. A apresentação do relatório-final da Lei Orçamentária e a sua votação estão previstas para semana que vem, quando representantes da categoria de diversos estados devem voltar a Brasília para dar sequência à pressão sobre os parlamentares.



15.12.2011 – Acampamento na Praça dos Três Poderes



15.12.2011 – Trabalhadores protestam em frente ao Palácio do Planalto



15.12.2011 – Acampamento na Praça dos Três Poderes